



Governo Federal instala Mesa Permanente de Negociação com os trabalhadores

Governo Federal instala hoje a Mesa Permanente de Negociação com os trabalhadores do setor público federal. Esse é um importante instrumento para valorização dos serviços e servidores públicos.

Após sete anos sendo desprezados e até mesmo desqualificados pelo governo federal, os servidores públicos federais terão a partir de hoje a oportunidade de mais uma vez poder discutir as condições em que se encontram os serviços públicos além de reivindicar melhorias para as condições de trabalho da categoria. Tudo isso perpassa ainda pela recomposição salarial dos servidores que estão há mais de sete anos sem qualquer reajuste, seja em seus vencimentos ou até mesmo nos benefícios.

O longo tempo sem reajuste e a perda do poder de compra por conta das perdas inflacionárias têm criado muitas expectativas em relação ao funcionamento da mesa nacional de negociação. Entretanto é preciso entender que neste primeiro momento dificilmente a categoria irá conseguir recuperar todas as perdas do período, inclusive porque o governo anterior não deixou margem no orçamento aprovado esse ano para que houvesse se-

quer recomposição inflacionária para todos os servidores.

As entidades que compõem o fórum dos servidores públicos estão se organizando para nesse primeiro momento aprovar junto à mesa um reajuste emergencial para toda a categoria independente do ramo e colocando para uma discussão mais ampla as especificidades de cada setor.

“É importante que os trabalhadores entendam que após anos de desmonte dos serviços públicos e descaso com os servidores não conseguiremos resolver todas as pendências nesse primeiro momento. Temos que enaltecer a boa vontade do governo em reabrir as negociações e entender que o processo está só começando”, disse Manoel Lages, presidente estadual da CUT e servidor público federal.

O diretor de formação da Condsef, José

Figueiredo também chama a atenção da categoria para a necessidade do entendimento de que nada será resolvido imediatamente. “É necessário entender que hoje será somente a instalação da mesa de negociações e fica totalmente descartado sair com percentual definido uma vez que ainda iremos começar o processo de negociações. Vale lembrar que a Condsef/Dieese, têm estudos que já foram apresentados em abril/22, para o então candidato Lula e sua equipe”, disse Figueiredo.





Valores previstos para:

PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA:
R\$ 2,559 TRILHÕES

REAJUSTES DE SERVIDORES:
R\$11,5 bilhões

Despesas Primária e Financeira

Valor para repor salário de servidor é 0,58% do previsto para pagar juro da dívida pública

A Auditoria Cidadã da Dívida divulgou uma nota em que questiona qual seria o percentual possível para reajuste dos servidores públicos considerando o Orçamento 2023. O Anexo V do Orçamento 2023 traz R\$11,5 bilhões, considerando despesas Primária e Financeira, como previsão para fins de remuneração aos servidores do Executivo.

A ACD aponta que o valor total previsto para a “concessão de vantagem, alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração” para o funcionalismo (R\$14,95bi) representa apenas 0,58% do valor previsto para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal neste ano (R\$ 2,559 TRILHÕES). A dívida pública, portanto, atrapalha os investimentos em políticas públicas o que prejudica a maioria absoluta da população brasileira.

Vale pontuar que no Orçamento 2023 não há nenhum detalhamento de como o valor reservado aos servidores do Executivo

será utilizado. O que se pode assegurar é que ele não é suficiente para garantir, ainda esse ano, 9% linear a ativos, aposentados e pensionistas, percentual que chegou a ser apontado pelo relator do Orçamento como possível, no entanto, novamente, sem detalhamentos.

O relator declarou defender que o reajuste para o Executivo fosse o mesmo concedido ao Judiciário. Vale destacar que os 18% já anunciados ao Judiciário deverão ser pagos em parcelas até 2025.

Aos servidores do Executivo, que acumulam perdas expressivas, caberá também um trabalho direto de força tarefa no Congresso Nacional em busca de realocação de

recursos para o atendimento dessa pauta emergencial. Esse trabalho deverá fazer parte do processo que envolverá o diálogo permanente com o governo. Só nos últimos quatro anos as perdas salariais dos servidores federais giram em torno de 27%.

Fonte: Condsef

FEVEREIRO
Roxo e Laranja

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE LÚPUS, FIBROMIALGIA E MAL DE ALZHEIMER

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE LEUCEMIA

SINDSEP
MARANHÃO

@SindsepMaranhao Sindsep.MA @SindsepMaranhao SindsepMaranhao